



CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA – CIR

52ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas

Excelentíssimo Senhor LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, Presidente da República Federativa do Brasil

Excelentíssimo Senhor RODRIGO PACHECO, Presidente do Senado Federal

Excelentíssimo Senhor, ARTHUR LIRA, Presidente da Câmara Federal

Excelentíssima Senhora, ROSA WEBER, Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF)

Excelentíssimo Senhor, AUGUSTO ARAS, Procurador Geral da República (PGR)

Excelentíssima Senhora, SONIA GUAJAJARA, Ministra dos Povos Indígenas

Excelentíssima Senhora, NÍSIA TRINDADE, Ministra da Saúde

Excelentíssimo Senhor, FLAVIO DINO, Ministro da Justiça,

Excelentíssimo Senhor, SILVIO ALMEIDA, Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania

Excelentíssimo Senhor, ALISSON MARUGAL, Procurador da República do MPF/RR

A Excelentíssima Senhora, JOENIA WAPICHANA, Presidente da FUNAI

Ao Excelentíssimo Senhor, RICARDO WEIBE TABEPA, Secretário da SESA

Senhores e Senhoras

Nós, Povos Indígenas Macuxi, Wapichana, Wai Wai, Yanomami, Patamona, Ye'kuana, Sapará, Taurepang, Ingarikó, pertencentes às etnorregiões Alto Cauamé, Amajari, Baixo Cotingo, Murupu, Tabaió, Raposa, Serras, Serra da Lua, Surumu, Wai Wai e Yanomami, membros do Conselho Indígena de Roraima – CIR, com a participação das organizações indígenas Hutukara Associação Yanomami – HAY, Associação dos Povos Indígenas Wai Wai – APIW, Conselho do



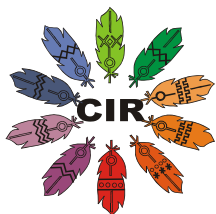
CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA – CIR

52ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas

Povo Ingarikó – COPING, Associação dos Povos Indígenas da TI São Marcos – APTSM; Associação Wanassedume Ye’kuana, Organização das Mulheres Indígenas de Roraima – OMIRR, Organização dos Professores Indígenas de Roraima – OPIRR, URIHI Associação Yanomami, e das Instituições parcerias e órgãos do Governo, reunidos na 52ª Assembleia, com o tema “**PROTEÇÃO TERRITORIAL, MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE**”, nos dias 11 a 14 de março de 2023, no Centro Regional Lago Caracaranã, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol/RR, após ampla discussão, avaliação, questionamentos sobre a situação dos Povos Indígenas no Estado de Roraima, manifestamos nosso posicionamento e reivindicamos:

Recebemos pela primeira vez em 52 anos de Assembleia, um Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, juntamente, com a Ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara e a Presidenta da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), Joenia Wapichana, que são conquistas históricas do movimento indígena de Roraima e do Brasil. Essa conquista é motivo de celebração e marca a nossa caminhada nos próximos passos, principalmente em um cenário de reconstrução da política indigenista e do protagonismo indígena nos espaços do Executivo, como a nomeação de Zelandes Patamona na coordenação do Distrito Sanitário Especial Indígena do Leste de Roraima (Dsei-Leste/RR) e de Marizete de Souza, coordenação regional da Funai/RR.

Mas, é importante deixar claro que “movimento indígena é movimento indígena, governo é governo”. Não aceitaremos imposições e nem atos contrários à nossa política do malocão. Prezamos pelo diálogo e construção coletiva, na defesa dos direitos dos povos indígenas.



CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA – CIR

52ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas

TERRITÓRIO, DEMARCAÇÃO E MEIO AMBIENTE

1. Nosso bem viver está sendo ameaçado pelo “Marco Temporal”, que já coloca em risco centenas de povos indígenas no Brasil. Por isso, pedimos ao Presidente da República articulação junto ao Supremo Tribunal Federal para que o julgamento, suspenso em 2021, seja retomado com urgência, para evitar a escalada de violência contra os povos indígenas. O Poder Executivo também pode tomar decisões, dentro de suas competências, para superar o Marco Temporal, como a revogação imediata do Parecer 001/2017 da Advocacia Geral de União – AGU, que determina para todos os órgãos do governo federal, de forma inconstitucional, adotar esse Marco Temporal como referência nos procedimentos administrativos, bem como o Parecer 763/2021 da AGU que impede o avanço dos procedimentos administrativos de demarcação até que o Marco Temporal seja julgado no STF;
2. A TI Yanomami/Ye'kwana enfrenta a maior invasão de toda história. A retirada dos garimpeiros ilegais da Terra Indígena Yanomami deve ser prioridade e não mais adiada, e pedimos que Ministério da Justiça e Polícia Federal atue para responsabilizar os envolvidos, entres eles ex-presidente Bolsonaro e Governador de Roraima, Antônio Denarium, ambos têm apoiado os garimpeiros e incentivado as invasões. Somos contra a anistia dos garimpeiros. Garimpo em terra indígena é crime.
3. Nossa assembleia avaliou que o governo Federal precisa priorizar a demarcação e regularização de todas as terras indígenas em Roraima e no Brasil, bem como o plano para coibir e a retirada de todos os invasores de nossos territórios. As nossas terras são necessárias para nossa vida, cultura, costumes e tradições. São nelas que cultivamos nossas produções extremamente necessárias para nosso bem-estar coletivo. Exercemos nossa



CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA – CIR

52ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas

própria governança territorial por meio das ações do Grupo de Proteção Territorial (GPVTI), Agentes Territorial e Ambiental (ATAI), Operadores em Direitos, Comunicadores Indígenas, Brigadistas. Também Temos nossos regimentos internos comunitários e regionais, protocolo de consulta e Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) que fortalecem e afirmam a autonomia das comunidades indígenas e suas formas de resoluções de conflitos. Por isso reivindicamos:

- Requeremos o reconhecimento da categoria dos agentes de vigilância e Proteção territorial (GPVTI), Agente de Territorial e Ambiental (ATAI) por meio de Lei Federal;
- Que Funai tenha seu orçamento condizente, adequado e respeitado para realizar os serviços essenciais para o qual é instituído, assim aumento de orçamento, e não reduzido. Precisamos de uma Funai fortalecida e não desmantelada, como o governo anterior deixou;
- Que seja reativado a coordenação local da FUNAI para atender a região Wai Wai e criar outra coordenação local na região de Surumu;
- Que a FUNAI realize seletivo para contratação de agentes de proteção e vigilância territorial (GPVITI);
- Que seja realizado novo concurso para Funai, e destine vagas específicas para indígenas;
- Que o Ministério dos Povos Indígenas (MPI) destine recursos para estruturar as bases de monitoramento: Barro, Novo Paraíso, Urucuri, Tabatinga, Pedra Branca, Lilás, Willimon, Tuxaua Rari de Lima, Jacarezinho, Coqueirinho - TI Raposa Serra do Sol; Boqueirão- TI Boqueirão; Wai Wai - TI Wai Wai; Moskow - TI Moskow; Trombetas Mapuera;



CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA – CIR

52ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas

- Que as bases de fiscalização da FUNAI na TI Yanomami sejam equipadas, além de garantir a presença da Polícia Federal, IBAMA e FUNAI na região;
- Que a FUNAI instale placas de identificação nos limites das terras indígenas;
- Que seja feita a retirada com urgência de todos os garimpeiros da TI Yanomami, com medidas para reparação de danos provocadas pelo garimpo ilegal;
- Que a Polícia Federal (PF), ICMBio, IBAMA e FUNAI realizem ações para a retirada dos invasores e garimpeiros que migraram para as terras indígenas Jacamim, Raposa Serra do Sol, Wai Wai, Trombetas Mapuera e Araçá;
- Criação urgente do Grupo de Trabalho para identificação da Terra Indígena Anzol em cumprimento a decisão judicial de 31/03/2017 e criação do Grupo de Trabalho para identificar as terras indígenas: Arapuá, Lago da Praia, Pirititi.
- Que a FUNAI retome e agilize o processo de reestudo das terras indígenas: Pium, Anta, Barata-Livramento, Boqueirão, Mangueira, Sucuba e Raimundão (região do Taiano), Araçá, Aningal, Ponta da Serra, Cajueiro e Ananás (região do Amajari), Malacacheta, Jabuti, Canaunin, Tabalascada, Moscou, Muriru, Bom Jesus e Manoá-Pium (região da Serra da Lua), Serra da Moça e Truarú da Cabeceira (região do Murupu).
- Que a Funai por meio da Procuradoria Federal Especializada acompanhe juridicamente e dê parecer favorável sobre o caso das terras indígenas que foram judicializados: Pium, região Tabaio, Truaru da Cabeceira, região Murupu e Manoá/Pium, região Serra da Lua;
- Que o MPF acompanhe a situação da Terra Indígena Pium, Região Tabaio, Manoá/Pium, comunidade Tabatinga, TI Raposa Serra do Sol para garantir



CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA – CIR

52ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas

o direito à terra e que as violências praticadas pela Polícia Militar sejam apuradas, responsabilizando os agentes públicos, mandantes e o Estado pelos danos sofridos com a reparação integral;

- Que a FUNAI, Polícia Federal e IBAMA possam monitorar e fiscalizar a situação em torno das terras indígenas que estão em iminência de invasão, como é o caso da TI Serra da Moça, TI Mangueira, com a proximidade acelerada da ocupação de fazendeiros nos limites da terra indígena, com expansão da plantação de soja;
- Que seja declarada inconstitucional a Lei n. 10.304/2001, o Decreto 6.754/2009, a Lei n. 976/2014 do Estado de Roraima dispõem sobre a transferência de terras e a política fundiária rural para o Estado porque não teve consulta aos povos indígenas;
- Que MPF tome medidas jurídicas para que a transferência de terras da União para o estado leve em consideração o direito dos povos indígenas sobre seu território;
- Que MPF atue para garantir o direito de consulta dos povos indígenas das 09 (nove) terras indígenas que serão impactadas pela Usina Hidrelétrica (UHE) na Cachoeira do Bem Querer no Rio Branco: Yanomami, Manoá-Pium, Tabalascada, Canoanim, Malacacheta, Jabuti, Moskow, São Marcos, Serra da Moça);
- Que seja arquivado definitivamente o Projeto de Decreto Legislativo 2540/2006 que prevê a construção da usina hidrelétrica (UHE), na Cachoeira do Tamanduá, rio Cotingo, região serras, TI Raposa Serra do Sol;



CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA – CIR

52ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas

- Que o Ministério dos Povos Indígenas, através da FUNAI e MPF atuem para defesa jurídica das terras indígenas Manoá/Pium, TI Pium, TI Truaru Cabeceira, TI Anzol, TI Arapúa, TI Pirititi;
- Que seja reformado a pista de pouso em Surucucu, TI Yanomami, bem como regularização de outras pistas de outras terras indígenas que sejam fundamentais para o atendimento à saúde dos povos indígenas em Roraima;
- Que o Governo Federal retire o Projeto de Lei 191/2020, de autoria do governo anterior. E revogue todos os pedidos de pesquisa e lavra mineral que incidem sobre as terras indígenas.
- Que a FUNAI faça levantamento de todos os não indígenas que ocupam ilegalmente a TI Raposa Serra do Sol, e faça retirada de todos os invasores;
- Que a FUNAI, MPF e PF investigue indígenas e associações que incentivam garimpo ilegal nas terras indígenas;
- Que a FUNAI, Exército e PF mantenha fiscalização permanente nas fronteiras;
- Que a FUNAI faça levantamento dos comerciantes instalados nas terras indígenas que vendem bebida alcoólica e tome medidas judiciais para retirar esses invasores;
- Que a PF e Exército tome providencias para coibir o tráfego de drone no espaço aéreo das comunidades indígenas;
- Que Ministério Público Estadual e Ministério Público Federal investigue cobranças de taxas de iluminação públicas nas comunidades indígenas e do valor pelo consumo de energia.
- Que a FUNAI inicia o estudo para identificação das comunidades que ficaram de fora da homologação da TI Raposa Serra do Sol, região das



CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA – CIR

52ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas

Serras: Caxirimã, São Francisco, Nova Esperança, Makunaima e Uiramutaken.

- Que IBAMA tome medidas para proibir que os lixos continuem sendo jogados no rio Ming, na região de Surumu e acabar com o lixão de Pacaraima;
- Que o Ministério Público obrigue o município de Pacaraima construir um aterro sanitário para atender a população da sede do município;
- Que seja feito estudo para identificar os impactos do garimpo na saúde do povo Yanomami, nas florestas, solo, rios, peixes e animais;
- Que a PF e MPF agilize a retirada de uma aeronave da TI Trombetas Mapuera, na comunidade Jatapuzinho e tome medidas para reparar os danos causados ao povo wai wai.
- Que seja feito a homologação da TI KAXYWYANA (região do povo Wai-Wai, no Pará);
- Que MPF tome medidas contra o estado de Roraima que instalou uma base de subestação de energia TI Sucuba que ocorreu sem consulta aos indígenas da comunidade;
- Que MPF inicia ação judicial para responsabilizar o ex-presidente Bolsonaro e Governador de Roraima, Antônio Denarium, que incentivaram e apoiaram a invasão de garimpeiros na TI Yanomami;

BEM VIVER E SUSTENTABILIDADE

4. A obrigação do Estado brasileiro não acaba com a demarcação realizada ou homologação efetivada, este reconhecimento apenas inicia uma nova fase para a vida dos povos indígenas. Todas as 32 terras indígenas em Roraima têm o Plano de vida e 8 foram implementados. É nos Planos de Gestão (PGTA) que



CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA – CIR

52ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas

discutimos, avaliamos e deliberamos nossas escolhas para o futuro de nossas comunidades e formas de proteção e produção em nossos territórios. Também temos nossos Protocolos de Consulta e devem ser reconhecidos e respeitados pelo governo, sempre que for adotar qualquer medida administrativa ou legislativa que afete nossas vidas e nosso território. O governo não pode mais escolher o modelo de desenvolvimento para os povos indígenas.

- Que o Governo Federal garanta orçamento para implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas (PNGATI);
- Que seja garantido linha de crédito específico para atender as especificidades dos povos indígenas;
- Que seja construído um Centro Estadual de comercialização e estruturar os centros regionais para realização de feiras;
- Que o Governo Federal financie o projeto de geração de energia renovável, principalmente o projeto Cruviana, na região Serras, TI Raposa Serra do Sol;
- Que o Governo viabilize a instalação de rádios comunitárias dentro das Terras Indígenas;
- A inclusão dos povos indígenas em programas de benefícios sociais deve ser avaliada visando a sua adequação às especificidades culturais de cada povo;
- Que seja garantido recursos para implementação dos Plano de Gestão Territorial das terras indígenas;



CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA – CIR

52ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas

- Que governo Federal invista no Centro Lago Caracaranã, para reformar, ampliar, construir espaços para atender nossas assembleias e eventos culturais;
- Que o governo Federal apoie as nossas oficinas e seminários sobre cooperativa e construção do plano de visitação;
- Que governo Federal através do SEBRAE, EMBRAPA faça a capacitação dos agricultores indígenas;
- Que Ministério dos Povos Indígenas crie linha de crédito específico para atender as mulheres indígenas que trabalham com panela de barro e artesanato;
- Que o governo Federal apoie nossa produção de carne bovina, disponibilizando recursos e meios para garantir o selo do produto;

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E SAÚDE

5. Nossa educação escolar indígena e saúde merecem atenção especial do governo Federal. Apoiamos e reconhecemos as reivindicações e denúncias da I Assembleia Unificada de educação escolar e saúde do Movimento Indígena do Estado de Roraima. Por isso, requeremos:

- Que Secretaria de Saúde Indígena (SESAI), Distrito Leste de Roraima (Dsei/Leste/RR), Ministério da Educação e Cultura (MEC), Ministério da Saúde (MS) atendam e priorizem as reivindicações da I Assembleia Estadual da Saúde indígena e saúde do Movimento Indígena de Roraima;
- Criação de uma Secretaria de Educação Escolar Indígena, com garantia do direito à participação dos povos indígenas em instâncias de controle,



CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA – CIR

52ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas

fiscalização e deliberação sobre esta política, para as articulações entre os governos estaduais e municipais e o governo federal;

- Que o Centro indígena de Formação (CIFCRR) passe a funcionar como Unidade Federal de Ensino, com possibilidade de oferecer Cursos de formação técnica e de Ensino Superior, até ser transformada em Universidade Indígena;
- Que seja reformado e reconstruído o Centro de Formação Raposa Serra do Sol (CIFRSS) com garantia de professores, assessoria técnica, pessoal de apoio e equipamentos;
- Que os programas nas Unidades de Ensino Superior em Roraima (IFRR e UFRR), atenda os acadêmicos indígenas para garantir a permanência, por meio de bolsas e auxílio. Ao mesmo tempo, aumento no valor das bolsas de estudos para dar auxílio adequado;
- Que seja feita reforma e construção de todas as escolas na região Wai-Wai e Alto Rio Jatapú;
- Que seja construído escolas indígenas nas comunidades da TI Yanomami;
- Que a secretaria de educação do estado priorize a construção, reforma e ampliação das escolas indígenas conforme determinado pelas regiões e encaminhamento da I primeira Assembleia Unificado da Educação Escolar e Saúde;
- Que seja construído um hospital na região Surucucu, TI Yanomami para atender as comunidades;



CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA – CIR

52ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas

- Que seja garantido atendimento diferenciado com intérpretes, leitos específicos e alimentação especial para indígenas que necessitem de internação nos hospitais;
- Que seja destinado recursos para as horas de voo para atender as comunidades de Santa Maria, Travessão, Pacu, Vizela, Barro, Ubaru, Cumanã, Nova Vitoria, Santa Isabel, Pedreira na TI Raposa Serra do Sol;
- Que o Ministério da Saúde destine recursos para construção dos hospitais “Bom Samaritano” na TI Barata e “São Camilo”, na TI Raposa Serra do Sol;
- Que seja construído um hospital indígena;
- Que a política de implementação e valorização da medicina tradicional seja realmente efetivada com recursos , da mesma forma a implantação das farmácias vivas nas regiões;
- Que o Governo Federal garanta recursos para aumentar a frota de veículos para atender os polos de saúde e a compra de ambulância para atender as regiões;
- Que os municípios de **Boa Vista**, Pacaraima, Uiramutã, Normandia, Bonfim, Cantá, Amajari, Alto Alegre inicia a formação e contratação de agentes comunitário de saúde e agente de endemias para atender as comunidades;
- Que o Governo Federal construa prédios para a sede do Distrito Leste de Roraima e para FUNAI em Roraima;

JUSTIÇA E DIREITO

6. Os crimes cometidos contra os povos indígenas têm sido lentamente apurados, muitos deles sem atenção devida e conclusão, acarretando o arquivamento



CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA – CIR

52ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas

dos processos investigatórios que dariam sustentabilidade e argumentos para ações reparatórias. Por isso, requeremos:

- Apoiamos a indicação da advogada Joenia Wapichana para assumir uma das vagas para o Supremo Tribunal Federal (STF).
- Que seja reconhecido pelo poder Judiciário a atuação dos operadores indígenas em direito;
- Que MPER e MPF recomendem as delegacias do interior atendimento especializado com base no Regimento Interno das comunidades;
- Que o Regimento Comunitário seja respeitado por todos os órgãos dos poderes Legislativo, Judiciário e Executivo;
- Que MPF, FUNAI e Ministério dos Povos Indígenas acompanhem os Indígenas Yanomami Yawari, da região de Ajarani que estão em fluxos pendulares, e proponha ações imediatas para garanti a proteção nas comunidades e que na cidade tenha atendimento adequado por equipes multidisciplinares com presença de antropólogo e intérpretes;
- Que o Governo Federal construa uma casa de passagem na cidade de Boa vista para atender o povo indígenas Yanomami;
- Que as crianças Yanomami separadas ou desacompanhadas sejam abrigadas apenas em último caso, que todo processo seja acompanhado pelos órgãos federais, que seja, excepcionalíssima a hipótese de adoção por família não indígena;
- Que seja respeitado o direito de consulta e garantido os direitos dos povos indígenas migrantes Warao e Enepa;



CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA – CIR

52ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas

- Que o processo de adoção de crianças e adolescente leve em consideração as questões culturais dos povos indígenas, e tenha participação das organizações indígenas;
- Ao Conselho Nacional de Justiça, a devida celeridade e justiça, nos processos que apuram violências e destruição das comunidades Brilho do Sol, Homologação, Jawari, Dez Irmãos, ao Centro Indígena de formação e Cultura Raposa Serra do Sol, que já passaram mais de 18 anos, para evitar a prescrição dos crimes e conseqüentemente a impunidades dos responsáveis pelos crimes;
- Apurar e responsabilizar a força policial que invadiu a comunidade Tabatinga, TI Raposa Serra do Sol e comunidade Pium, TI Pium, região Tabão;
- Que o Governo Federal tome medidas e crie programas para garantir a segurança das lideranças que estão sendo perseguidas por defender o seu território. Essas medidas devem levar em consideração as nossas questões culturais e costumes;
- Que os crimes ambientais praticados na TI Raposa Serra do Sol e Yanomami não fiquem impunes e que o Governo Federal elabore um plano de recuperação, com a participação das regiões e das organizações indígenas, das áreas destruídas pelos invasores.
- Abertura de inquérito para apurar se houve de discriminação e racismo praticado por Antonio Denariun, Governador de Roraima, contra os povos indígenas pela expressão “ *Eles (indígena) tem que se aculturar, não podem mais ficar no meio da mata, parecendo bicho*”.



CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA – CIR

52ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas

Por fim, manifestamos nossa solidariedade e alianças com outros povos indígenas que permanecem em luta pela demarcação e homologação de seus territórios, com aqueles que enfrentam a violência das invasões em suas terras, ameaças e assassinatos e com os povos que vivem em situação de isolamento voluntário. Exigimos ao novo Governo Federal que retome imediatamente, sem demoras, a política de demarcação e proteção territorial até que todas as terras indígenas do Brasil estejam reconhecidas, livres e seus povos vivendo em paz conforme suas formas próprias de organização social e cultural. Por isso, estaremos mobilizados em âmbito nacional no Acampamento Terra Livre em Brasília e em Roraima no mês de abril. E desde já solicitamos audiência com os Ministros de Estado.

Atenciosamente,

As lideranças Indígenas,

Centro Regional Lago Caracaranã, TI Raposa Serra do Sol/RR, 14 de março
de 2023